



Município de São João da Boa Vista
Departamento de Gestão e Planejamento

TERMO DE REFERÊNCIA

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS URBANAS EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA – SP.

Proponente:

Departamento de Gestão e Planejamento

Diretor: Amarildo Duzi Moraes

Assessor: Julio Luis de Almeida Lino – Engenheiro Civil | CREA-SP 5062.87686-6

Responsável técnico:

Fabiano C. Nassin – Engenheiro Civil CREA 5070719209

Março de 2026



Município de São João da Boa Vista
Departamento de Gestão e Planejamento

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	1
2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.....	1
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.....	1
4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO.....	3
5. EXECUÇÃO DO OBJETO.....	6
6. GESTÃO DO CONTRATO.....	6
6.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:.....	6
6.2. CONSTITUEM DIREITOS DA CONTRATANTE.....	10
6.3. CONSTITUEM RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:.....	10
6.4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS.....	10
7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	12
8. ESTIMATIVA DE PREÇO.....	12
9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	12



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A contratação ora pleiteada se enquadra como **obra** para recapeamento asfáltico em vias urbanas em São João da Boa Vista – SP.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

É necessário que os pavimentos estejam em plena capacidade de desempenho para atender o usuário. Esse atendimento deve contemplar condições de tráfego seguras, confortáveis e funcionais. Visto que algumas ruas (pavimentos) na cidade de São João da Boa Vista – SP apresentam irregularidade, afetando a qualidade do rolamento e acarretando diversos inconvenientes, faz-se necessário um trabalho de recuperação dessas vias.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A proposta consiste na execução de serviços de recapeamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente CBUQ, com a realização prévia de fresagem e imprimação, além da construção de sarjeta e meio-fio.

A solução proposta, considerando os resultados obtidos em trabalhos em campo (visitas técnicas de avaliação) resume-se em executar a fresagem do pavimento existente, pintura de ligação com ligante asfáltico RR-1C e aplicação de concreto asfáltico betuminoso (camada de rolamento).

Deverão ser apresentados aos departamentos de gestão e planejamento e de trânsito, com antecedência mínima de 48 h antes do início dos trabalhos, o cronograma de execução dos serviços. Esse cronograma deverá conter também um plano de sinalização e segurança viária, para veículos e pedestres, horários, relação de máquinas, equipamentos e colaboradores envolvidos nas atividades a serem realizadas.

A fresagem visa a remoção do revestimento garantindo a integridade da base e sub-base do pavimento, portanto, é recomendado para recapeamento asfáltico onde existem muitas trincas e em locais onde não se pode elevar a cota do pavimento (comum em vias públicas);



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

A pintura de ligação com ligante asfáltico não deverá ser realizada em temperaturas inferiores a 10° C, em dias chuvosos ou com a via apresentando excesso de umidade. O material a ser utilizado deverá ser do tipo RR-1C em conformidade com a Norma DNER-EM 369/97, com taxa recomenda de entre 0,3 a 0,4 l/m² e com a emulsão diluída a taxa deverá estar na ordem de 0,8 a 1,0 l/m². Toda a superfície que receberá a pintura de ligação deverá ser varrida para retirada de materiais como pó, areia, vegetação ou qualquer material solto.

As vias urbanas que serão contempladas com a obra de recapeamento (fresagem; imprimação betuminosa ligante; aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e finalização, pintura de sinalização e execução de sarjetas e meios-fios), são listadas a seguir:

- Av. Lázaro Ribeiro (trechos 1 e 2 – incluindo travessas);
- Rua Dolores Martins Rubinho (trechos 1 e 2);
- Rua Dr. Osvaldo Oliveira Silveira (trechos 1 e 2);
- Rua Francisco Palma Travassos (trechos 1 e 2);
- Rua Elias Gonçalves;
- Rua Osvaldo Américo Carneiro;
- Rua Sebastiana G. Gabriel;
- Rua Lourival A. de Moraes;
- Rua Luiz Antonio Breganholi;
- Rua João Marcondes Neto (trecho 1, 2 e 3);
- Rua Walter Graff;
- Rua Augusto Caetano;
- Av. Dr. Octávio Bastos;
- Rua João Michelazzo;



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

- Rua José Michelazzo;
- Rua Ministro Santiago Dantas;
- Rua Milton A. Nogueira;
- Rua José Rabelo Junqueira;
- Rua Joaquim José da C. Oliveira (trecho 1 e 2);
- Rua Nossa Sra. Aparecida (trecho 1 e 2);
- Rua Floriano Peixoto;
- Rua Romeu Furnaleto;

4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

A empresa vencedora do certame deverá apresentar os seguintes requisitos mínimos para a efetivação da contratação:

- Apresentar Certidão de Registro de Regularidade de situação junto ao CREA ou CAU do responsável técnico;
- Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a execução da obra como requisito para celebração do contrato;
- A execução deverá ser realizada por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente;
- A contratação para a execução da obra não gera vínculo empregatício entre os funcionários da Contratada e a Administração Pública Municipal de São João da Boa Vista – São Paulo, vetando qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, bem como os itens previstos no artigo 48 da Lei 14.133/21;



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

- Em estrita observância ao Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a habilitação técnica subdivide-se em: capacidade técnico-profissional, exigindo profissionais com acervo técnico (CAT) em execução de obras de recapeamento e Capacidade Técnico-Operacional, requerendo atestados da empresa que comprovem a execução de ao menos 50% das parcelas de maior relevância conforme admitido pelo artigo 67, §§ 1º e 2º da Lei 14.133/21. Comprovação essa que será atendida por atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, através da instalação dos seguintes itens:
1 – Quadro de itens para comprovação de aptidão de desempenho.

Serviço	Unidade	Qtd. total	Qtd. exigida (máx. de 50%)	% do valor R\$ global
Fresagem de pavimento asfáltico (profundidade até 5,0 cm) - exclusive transporte. af_11/2019	m²	83.921,29	41.900,00	11,97
Imprimação betuminosa ligante	m²	83.921,29	41.900,00	9,70
Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de rolamento - exclusive carga e transporte. Af_11/2019	m³	2.517,65	1.250,00	65,37

A exigência de habilitação para as parcelas de **fresagem, imprimação e execução de capa asfáltica** justifica-se por formarem o tripé estrutural do recapeamento, onde a precisão na remoção da camada degradada, a qualidade da ligação entre bases e o rigoroso controle tecnológico na aplicação do CBUQ são determinantes para a **estabilidade e durabilidade do pavimento**. A complexidade operacional desses itens exige expertise específica e maquinário de alta performance, sendo indispensável a comprovação técnica para mitigar riscos de patologias precoces e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos em serviços de **alta relevância técnica e financeira**.

Fresagem de Pavimento Asfáltico

Justificativa: Trata-se de etapa crítica de preparação, onde a precisão na profundidade (até 5,0 cm) é essencial para garantir o nivelamento e a aderência da nova camada. A exigência de



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

habilitação justifica-se pela necessidade de operação de maquinário especializado (fresadoras de alta performance) e controle topográfico rigoroso, evitando danos à base do pavimento e assegurando o escoamento superficial planejado.

Imprimação Betuminosa Ligante

Justificativa: É a etapa responsável pela coesão entre a base e a camada de rolamento. A comprovação técnica é indispensável, pois a aplicação incorreta (falta de uniformidade ou erro na taxa de aplicação) compromete a aderência, podendo causar o deslocamento da capa asfáltica ("escorregamento") e reduzir drasticamente a vida útil do recapeamento. Exige conhecimento técnico sobre temperatura e viscosidade dos materiais ligantes.

Execução de Pavimento (CBUQ - Camada de Rolamento)

Justificativa: Representa a parcela de maior valor agregado e complexidade executiva. A exigência técnica é pertinente devido ao rigoroso controle de temperatura, compactação e granulometria do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). A falha nesta etapa resulta em deformações precoces, como trilhas de roda e buracos, exigindo que a empresa comprove capacidade operacional para entrega de uma superfície com a rugosidade e resistência necessárias ao tráfego.

- A visita técnica ao local da obra é facultativa, ficando a critério das empresas interessadas sua realização. O objetivo é permitir melhor conhecimento das condições locais para elaboração das propostas. Caso optem por realizá-la, as licitantes deverão agendar previamente junto ao setor responsável da Administração, dentro do prazo estabelecido no edital, sendo fornecida declaração de visita técnica para registro. A não realização da visita técnica não implicará impedimento à participação no certame, tampouco poderá ser arguida posteriormente como justificativa para inexatidões na execução dos serviços contratados;
- Serão exigidos os documentos de habilitação jurídica (art. 66 da Lei nº 14.133/21) de regularidade fiscal, social e trabalhista (art. 68 da Lei nº 14.133/21) e de habilitação econômica e financeira (art. 69 inc. II da Lei 14.133/21), além das declarações mencionadas



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

no art. 63, inc. IV § 1º e art.68, inc.VI, e declaração de que não está impedida de licitar e de que não foi declarada inidônea; 6.2.11. Em atendimento ao Art. 69, Incisos I e II da Lei 14.133/21, será exigida a habilitação econômico-financeira, que visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos devidamente justificados no processo licitatório, que deverão ser iguais ou superiores a 1 (um), por meio de declaração expedida por profissional da área contábil que ateste o atendimento dos índices.

- **Habilitação Econômico-Financeira:** Demonstração de capacidade financeira compatível com o vulto da obra, mediante balanço patrimonial líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação e índice de liquidez mínimo de 1,0 para apurar o Quociente de Liquidez Geral (QLG) e Quociente de Liquidez Corrente (QLC) que assegurem a execução do cronograma de 15 meses, pois, conforme Acórdão nº 247/2003 do TCU e voto do Conselheiro Dr. Robson Marinho no bojo do processo TC-001365/010/08 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os índices mínimos variáveis entre 1,0 e 1,5, são corriqueiramente utilizados por àquela Corte de Contas com o fim de apurar a boa saúde financeira da empresa a ser contratada, sem que haja excesso de rigorismo ou cerceamento ilegal de participação de licitantes;
- **Garantia de execução contratual na modalidade Seguro-garantia:** Com cláusula de retomada, garantindo que a seguradora, em caso de inadimplência da contratada, cumpra as obrigações assumidas pela contratada perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, conforme art. 102 da Lei 14.133/2021. A garantia de execução contratual será de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, patamar justificado pela natureza da obra;
- **Garantia pós-obra:** o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pelas substituições necessárias.

- **Não será admitida a Subcontratação**

A decisão pela não subcontratação do objeto fundamenta-se na natureza técnica crítica e na interdependência dos serviços, conforme os seguintes pontos:

Complexidade e Tripé Estrutural: Os serviços de fresagem, imprimação e aplicação de CBUQ são classificados como o "tripé estrutural" do recapeamento. A precisão na execução dessas etapas é determinante para a estabilidade e durabilidade do pavimento.

Riscos de Patologias Precoces: A falha em qualquer uma das etapas — como erro na temperatura do ligante ou na compactação do CBUQ — pode resultar em deformações, trilhas de roda e buracos. A execução direta pela contratada visa mitigar riscos de patologias precoces e assegurar a responsabilidade técnica direta.

Expertise e Maquinário Específico: A obra exige maquinário de alta performance e expertise específica que justificaram as exigências de habilitação técnica. Subcontratar tais itens desvirtuaria a finalidade da qualificação técnica exigida no certame.

Base Legal: Conforme o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode vedar a subcontratação em itens de relevância técnica e valor significativo, onde a execução direta pela empresa que comprovou capacidade operacional é essencial para a garantia da qualidade e do interesse público.

- **Admissão de Consórcios**

A permissão para a participação de empresas reunidas em consórcio justifica-se pela busca da ampliação da competitividade e segurança na execução, considerando:



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

Vulto Financeiro da Contratação: A formação de consórcios permite que empresas somem capacidades financeiras para atender aos índices de liquidez e patrimônio líquido mínimo exigidos.

Diversidade de Especialidades: Embora o foco seja o recapeamento, o objeto inclui serviços distintos como fresagem, sinalização viária e execução de sarjetas e meios-fios. O consórcio possibilita a união de empresas com diferentes expertises técnicas, garantindo a excelência em todas as frentes de trabalho.

Aumento da Competitividade: Ao permitir consórcios, a Administração possibilita que empresas que individualmente não atingiriam os 50% das parcelas de maior relevância técnica possam participar do certame, o que tende a gerar propostas mais vantajosas (menor preço global) para o município.

Base Legal: A medida está em consonância com o Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a admissão de consórcios como regra para ampliar a disputa, especialmente em objetos que envolvam alta complexidade ou valores consideráveis, desde que devidamente regulamentado no edital.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

A obra deverá ter início em 5 dias úteis após o aceite de documentos do processo licitatório e liberação para emissão da ordem de serviço pela Caixa Econômica Federal. Deverá seguir o cronograma físico-financeiro, observando prazos e quantidades de cada material/serviço necessário ao andamento da construção.

A Contratada fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes aos serviços e materiais que deverão ser empregados no decorrer da construção da obra, principalmente quanto às ferramentas, materiais e equipamentos.

O cronograma físico-financeiro prevê prazo de 5 meses para execução dos serviços, solicitamos o prazo de 11 meses de contrato, visando a emissão do termo de recebimento de obra e prazo de análise da



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

documentação “verificação do processo licitatório” pela Caixa Econômica Federal para liberação do início da obra.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Responder pelos serviços que executar, na forma da Lei;
- Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- Executar os trabalhos em perfeita conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Prestar, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas nos trabalhos;
- Cumprir os prazos estabelecidos, mantendo a CONTRATANTE informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços;
- Desenvolver seus trabalhos em regime de colaboração com a CONTRATANTE;
- Manter durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- Empregar na execução da obra, materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e do projeto e que sejam aprovados pela fiscalização antes de sua utilização;
- Na ocorrência devidamente comprovada da impossibilidade de se adquirir e empregar um material especificado deverá ser solicitado a sua substituição, a juízo da fiscalização que analisará sua qualidade, resistência, aspecto e preço;
- Substituir qualquer material impugnado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação;



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

- Responsabilizar-se pela mão de obra a ser empregada na execução dos trabalhos, devendo, ainda, ser de primeira qualidade, de modo a se observar acabamentos esmerados e de inteiro acordo com o projeto;
- Manter no local dos trabalhos, pelo menos 01 (um) engenheiro, dando assistência diária ao seu pessoal durante a execução do mesmo;
- Responsabilizar-se pelo recolhimento e apresentação das respectivas ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referentes à obra;
- A execução da obra deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob a responsabilidade técnica dos profissionais cujos documentos foram apresentados pela licitante na assinatura do contrato;
- Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado, por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada pelo Município de São João da Boa Vista;
- Fornecer, a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos trabalhos, sem que tal atitude implique responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma;
- Fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado e, contratar mão de obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, empregados e engenheiros que possam assegurar o progresso satisfatório dos trabalhos;



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

- Responsabilizar-se pelas instalações provisórias, inclusive o estabelecimento e manutenção dos meios de transporte horizontais e verticais para atender às necessidades dos serviços, bem como as de outros contratados, na forma contratual;
- Fornecer, em tempo hábil, os materiais, em decorrência do que não poderá a mesma solicitar prorrogações de prazo e nem justificar retardamento na conclusão dos trabalhos pelo fornecimento deficiente de materiais;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos materiais e ambientais que venham a ocorrer em virtude dos serviços realizados, bem como assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à licitante ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o poder público CONTRATANTE de qualquer responsabilização;
- Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes de acidente do trabalho ocorridos na execução dos serviços contratados; uso indevido de patentes registradas; as resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, pela destruição ou danificação da obra em construção, até a definitiva aceitação da mesma; pelas indenizações que possam vir a serem devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública; bem como pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais decorrentes da execução da obra, com o seguro de acidentes de seus operários ou empregados, sob pena de retenção de pagamentos e ainda, a quitação das exigências municipais, estaduais ou federais;
- Responsabilizar-se por qualquer pertence de sua propriedade colocado nos próprios canteiros onde serão executados os serviços;
- Abrir e manter, no canteiro de obras, permanentemente atualizado, um Diário de Obra no qual serão obrigatoriamente registrados, pelo Engenheiro Preposto Responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados,



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto;

- Observar todas as determinações de Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de retenção de pagamento e rescisão do contrato;
- A demarcação topográfica necessária à execução de todos os serviços, deverá ser feita por profissional habilitado, contratado pela empresa vencedora da licitação;
- Realizar o descarte devido dos materiais, de acordo com as regras estabelecidas pela Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e demais normas aplicáveis vigentes;
- Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

6.2. CONSTITUEM DIREITOS DA CONTRATANTE

- Fazer alterações no projeto que impliquem a redução ou aumento do volume dos serviços, baseando-se, para tanto, na relação dos preços unitários básicos e em quantidades levantadas pela fiscalização que poderão resultar até um total de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual da obra;
- Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução dos serviços mediante pagamento único exclusivo dos trabalhos já executados e, a aquisição por ajuste entre as partes interessadas, dos materiais existentes no local da obra e a ela destinados nas hipóteses autorizadas por lei;
- Exigir, sempre que necessário, quaisquer documentos adicionais para fins de fiscalização;

6.3. CONSTITUEM RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

- Efetuar os pagamentos conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro e Laudos de Medição;



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

- Manifestar-se por escrito sobre Relatórios e demais elementos fornecidos pela Contratada, bem como solicitar da mesma forma as providências complementares que julgar necessárias à correção e revisão dos serviços;
- Manter um Gestor de Contratos, designado através de portaria, e um Engenheiro Técnico, como responsáveis para o acompanhamento dos trabalhos.

6.4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

As medições para efeito do pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

- Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, bem como da documentação exigida, a Fiscalização atestará a medição, comunicando a CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizará a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados;
- As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA, contra o CONTRATANTE, e apresentadas para a Fiscalização;
- A Fiscalização emitirá o Laudo/Atestado de Realização dos Serviços em até 5 (cinco) dias contados a partir do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s);
- Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias úteis contados da data de emissão dos Atestados de Realização dos Serviços, em conta corrente da CONTRATADA, em conformidade com os serviços executados, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura;
- O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;



Município de São João da Boa Vista

Departamento de Gestão e Planejamento

- O prazo para recebimento provisório será de até 5 (cinco) dias corridos, contados da comunicação escrita pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, na forma expressa pela alínea 'a', inciso I, artigo 140, da lei Federal 14.133/21;
- O recebimento definitivo dar-se-á por servidor ou Comissão designada pela Administração, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de vistoria de até 90 (noventa) dias corridos, que comprove a adequação do objeto às condições contratuais, na forma expressa na alínea 'b', da legislação supra;
- O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- Valor Global: R\$ 7.144.051,55 (sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos);
- Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital;
- O critério de julgamento da proposta é o menor preço global;
- As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

8. ESTIMATIVA DE PREÇO

O custo estimado da contratação é de R\$ 7.144.051,55 (sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

08.03.15.451.0004.2.004.449051.01.1300000	Fonte	1	Tesouro;
08.03.15.451.0004.2.004.449051.01.1400000	Fonte	1	Tesouro;
08.03.15.451.0004.2.004.449051.05.1000166 Fonte 5 Transferências e convênios Federais.			



Município de São João da Boa Vista
Departamento de Gestão e Planejamento

São João da Boa Vista, SP, 11 de março de 2026.

Amarildo Duzi Moraes
Diretor do Departamento de Gestão e Planejamento
Prefeitura de São João da Boa Vista

Fabiano C. Nassin
Engenheiro Civil CREA 5070719209
Departamento de Gestão e Planejamento Urbano
Prefeitura de São João da Boa Vista